

CASTRO, Miguel

* pres. PI 1882-1883; dep. geral CE 1885-1888; dep. geral RN 1889; const. 1891; gov. RN 1891; dep. fed. RN 1892-1893.

Miguel Joaquim de Almeida Castro nasceu na fazenda Convento, freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, município de Ipu (CE), no dia 4 de dezembro de 1834, filho de Joaquim Felício de Almeida Castro e de Cosma Rodrigues Veras. Era sobrinho-neto do padre Miguelinho, seu homônimo, um dos líderes da Revolução de 1817 em Pernambuco. Seu primo Francisco Pinheiro de Almeida Castro também seguiu carreira política, exercendo o mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Norte de 1921 a 1922.

Formou-se bacharel em direito pela Faculdade do Recife em 1858, foi nomeado promotor público da comarca de Maioridade (RN) em 1859, e juiz municipal e de órfãos de Aracati (CE) em 1860. Em 1864 foi nomeado juiz de direito da comarca de Saboeiro (CE), e em 1868 foi designado inspetor literário.

Iniciou a carreira política no ano em que se formou, sendo eleito deputado provincial no Rio Grande do Norte na legenda do Partido Liberal para as legislaturas 1858-1859 e 1860-1861. Foi presidente da província do Piauí de 1882 a 1883, e em 1885 foi eleito deputado geral pela província do Ceará na legenda do Partido Liberal para o período 1885-1888. Em 1889 voltou para o Rio Grande do Norte, onde se aliou a José Bernardo de Medeiros, líder político da região do Seridó, e aí se elegeu deputado geral, sempre na legenda do Partido Liberal. Com a queda da monarquia, José Bernardo aliou-se ao líder republicano Pedro Velho de Albuquerque Maranhão para montar o novo governo do Rio Grande do Norte. Em 15 de setembro de 1890 Miguel Castro foi eleito deputado federal constituinte na legenda do Partido Republicano, novamente com o apoio de José Bernardo, e em 15 de novembro tomou posse.

Em 1891 Miguel Castro foi um dos protagonistas da disputa pelo controle do poder no Rio Grande do Norte a partir das divergências expostas pelo Partido Republicano durante a eleição para presidente da República pelo Congresso Nacional Constituinte, no dia 25 de fevereiro. Na ocasião, toda a bancada do Rio Grande do Norte apoiou o marechal Deodoro da Fonseca, com exceção de Pedro Velho e José Bernardo,

que apoiaram Prudente de Moraes. Em vista disso, depois de eleito Deodoro nomeou Francisco Amintas da Costa Barros, um dos opositores de Pedro Velho e José Bernardo, para o governo do estado. Ligado por laços de família aos Almeida Castro e aos Amorim Garcia, Amintas Barros realizou eleições para o Congresso Constituinte estadual, e este, uma vez instalado, elegeu Miguel Castro governador do Rio Grande do Norte. Como Miguel Castro se encontrava no Rio de Janeiro, Amintas Barros passou o governo para seu vice, José Inácio Fernandes Barros, que logo repassou o posto para o segundo-vice, Francisco Gurgel de Oliveira.

Chegando a Natal, Miguel Castro tomou posse em 9 de setembro de 1891 e organizou o governo tendo as famílias Almeida Castro e Amorim Garcia como base de apoio político, e nomeando seus membros para postos-chave em detrimento dos aliados de Pedro Velho e José Bernardo. No plano nacional, Miguel Castro e o Congresso estadual continuaram apoiando os atos políticos do governo Deodoro da Fonseca, inclusive o chamado “golpe de Lucena” e o fechamento do Congresso Nacional (3/11/1891). Com a renúncia de Deodoro à presidência (23/11/1891), Pedro Velho e José Bernardo, à frente das tropas do Exército sediadas em Natal, promoveram a derrubada de Miguel Castro, deportando-o depois de preso para Fortaleza. O governo do estado foi então entregue a uma junta governativa que dissolveu o Congresso estadual e convocou eleições para um novo Congresso Constituinte. Este, por sua vez, elegeu Pedro Velho governador.

Em 1892 Miguel Castro voltou ao Rio de Janeiro para denunciar no Congresso Nacional o golpe perpetrado por Pedro Velho e José Bernardo, mas não encontrou audiência favorável. Em 1899 foi candidato ao Senado, mas foi derrotado pelo candidato “pedrovelhista”. Abandonando a vida pública, estabeleceu-se em Recife, onde faleceu em 6 de maio de 1901.

Casado com Rosa Maria Antunes de Oliveira, teve seis filhos.

Renato Amado Peixoto

FONTES: BUENO, A. *Visões*; CASCUDO, L. *Governo*; CASCUDO, L. *História*; CASCUDO, L. *Movimento*; CASCUDO, L. *História*; *República* (9-11/1891); MEDEIROS, J. *Rio Grande do Norte*; SOUZA, I. *República*.